

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O país acordou ontem perplexo com a notícia de que vários administradores da TAP foram aumentados nos últimos meses. Entre eles, avulta o aumento do CEO interino, Ramiro Sequeira, o qual, segundo as informações divulgadas, beneficia de um aumento superior a 100 %, auferindo perto de 500 mil euros por ano. É deplorável que tal suceda quando se está na iminência de verificar na TAP o maior despedimento coletivo público de que há memória e a impor perdas significativas nos salários dos seus colaboradores. Mais ainda, quando o beneficiário em causa é CEO a título interino, e se arrasta irresponsavelmente a escolha do novo CEO - o que é incompreensível quando a empresa está a renegociar a sua reestruturação. Não será deste modo que se encontra a paz social na empresa e se criam as condições para que qualquer plano seja coroado de êxito. Não será deste modo, manchando a reputação da empresa e descredibilizando-a perante Bruxelas, decidindo em sentido oposto ao que está inscrito no plano de reestruturação para os demais trabalhadores, que se negocia com a Comissão Europeia em condições adequadas.

Aguardava-se um desmentido do Governo, o que não sucedeu. Esta decisão descredibiliza a TAP no âmbito das negociações que irão ter lugar em Bruxelas.

Este é mais um episódio do modo opaco, errático como se conduz os destinos da empresa, lesivo do interesse público que o Governo tem por missão defender.

Esta decisão mina a confiança dos cidadãos num Governo que decidiu colocar 3,7 milhões de euros dos seus impostos, mas que persiste em se recusar a dar a conhecer ao parlamento o plano de reestruturação que será objecto de negociação em Bruxelas, privando os representantes dos portugueses de exercerem qualquer escrutínio.

O Governo ainda não deu - e as suas decisões não apontam nesse sentido - quaisquer garantias que o dinheiro que se coloca na TAP será bem empregue e que a empresa não continue a ser o que foi até aqui em termos de prejuízos e insustentabilidade.

Atendendo a que as notícias em causa apontam para que a decisão de aumento das remunerações foi feita por iniciativa e conhecimento do Governo, os deputados do GP PSD questionam o Governo ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, no sentido de saber se:

Perguntas:

1. Confirma o Governo o conhecimento destas decisões?
2. Confirma o Governo se as mesmas foram da sua iniciativa ou mereceram a sua anuência?
3. Vai o Governo dar ou já deu indicações no sentido de reverter aquelas decisões? Com carácter retroactivo se for esse o caso?

Palácio de São Bento, 29 de dezembro de 2020

Deputado(a)s

AFONSO OLIVEIRA(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

FILIPA ROSETA(PSD)

ISABEL LOPES(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

PEDRO PINTO(PSD)